

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COSMAM 2003

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM) da Câmara Municipal de Porto Alegre foi formada com o objetivo analisar e elaborar parecer aos projetos de Lei de políticas públicas na área de Saúde e Meio Ambiente, bem como, buscar esclarecer os problemas levantados pelo cidadão com relação à sua saúde e à qualidade do meio ambiente. A COSMAM é o fórum onde qualquer cidadão pode debater frente a frente com o Parlamento e o Gestor Público a melhor alternativa para a solução destes problemas.

Dentro deste contexto, a COSMAM realizou no ano de 2003 um total de 53 Reuniões Públicas, das quais 07 externas, 01 Reunião em conjunto com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, 08 Visitas Oficiais e 03 Seminários.

* SAÚDE *

As atividades da COSMAM iniciaram no mês de fevereiro investigando os problemas nos serviços da Central de Marcação de Consultas, a demora no atendimento do SAMU – Serviço de Atendimento Médico de Urgência - do Hospital de Pronto Socorro, e as deficiências do PAM– 3 (Posto de Assistência Médica) da Vila Cruzeiro do Sul.

Apesar de fevereiro ser um dos meses de férias escolares, e haver o período carnavalesco, o atendimento dos serviços de saúde do SUS em Porto Alegre já apresentava sinais de que uma grave crise estava para se instalar naquele setor. A falta de vagas nos hospitais, emergências lotadas e a demora para se conseguir uma consulta se tornou uma rotina na vida dos usuários tornando-se manchete nos jornais.

Diante deste quadro da saúde pública, a COSMAM elaborou um roteiro de trabalho para o ano de 2003, que incluiu a convocação dos Gestores da Saúde das três esferas administrativas, os prestadores de serviços, os servidores e trabalhadores da saúde, as entidades de classe e os Conselhos Regionais, as associações comunitárias e o Ministério Público. Além de ouvirmos todos os órgãos e instituições públicas e privadas que atuam na área da saúde, também fizemos visitas aos locais onde são prestados os atendimentos aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS em Porto Alegre.

Deste modo, os membros da COSMAM realizaram visitas aos seguintes locais:

-
- CPACS – Centro de Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (c/ reunião pública)
- Hospital da Criança Santo Antônio;
- Hospital Espírita de Porto Alegre;
- Centro de Saúde Santa Marta;
- Centro de Saúde Bom Jesus;
- Sede do SAMU – Serviço de Atendimento Médico de Urgência (c/ reunião pública)
- Hospital Presidente Vargas (c/ reunião pública)

Em cada visita, os membros da COSMAM puderam constatar, principalmente nos Centros de Saúde Vila Bom Jesus, Vila Cruzeiro do Sul e Santa Marta, a necessidade de novos equipamentos e melhores condições de trabalho e segurança para os funcionários.

Ao constatar irregularidades no contrato entre HPV e prestadores de serviços de manutenção de equipamentos dessa Instituição, um dos motivos da comprovada deficiência dos respectivos atendimentos, a COSMAM representou ao Ministério Público visando abertura de inquérito civil.

No entanto, o trabalho da COSMAM não se restringiu somente a visitas aos locais onde são prestados os atendimentos aos usuários do Sistema Único de Saúde. Esta comissão, no ano de 2003, esteve fortemente engajada no processo de construção de um sistema democrático que permita a participação de todos e que realmente promova saúde a sua população. Desta forma, a COSMAM fomentou diversas reuniões para discutir assuntos que afligem a parcela da população que necessita dos serviços do SUS. Abaixo serão brevemente descritos os diferentes assuntos abordados nas reuniões.

- FALTA DE AMBULÂNCIAS NOS SERVIÇOS DE EMERGÊNCIAS

Esta reunião contou com a presença do Secretário Municipal da Saúde, da Promotora de Justiça e Direitos Humanos, SIMERS e DRT. Discutiu-se a falta de ambulâncias no atendimento emergencial da população, fato que pôde ser constatado em visita realizada no Hospital de Pronto Socorro – HPS e no Centro de Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul – PACS. O SAMU – Serviço de Atendimento Médico de Urgência não possuía nº suficiente de ambulâncias, o que gerou muitas queixas de pessoas que relataram um longo tempo de espera até a chegada da Unidade Móvel para remoção, em atendimento domiciliar ou no próprio local do acidente. A constatação da necessidade de aquisição de mais ambulâncias para dar resposta eficaz à população de Porto Alegre, dado esse afirmado pelo próprio Secretário da Saúde, levou o Presidente da COSMAM a apresentar uma emenda destinando verba do Orçamento de 2004 para compra dos veículos(08 ambulâncias), aprovada por unanimidade. Constatou-se ainda, irregularidades na COTRAVIEL, empresa contratada pela prefeitura para atendimento do SAMU. O caso foi parar na Justiça.

- CENTRAL DE MARCAÇÃO DE CONSULTAS

Outro problema, muito sério, e que a maioria dos usuários do SUS enfrenta diariamente, é a marcação de consultas, principalmente, as especializadas. Representantes comunitários que participavam dos Conselhos Gestores das Unidades de Saúde relataram que existiam muitos casos de pessoas esperando há 4 anos por uma consulta nas áreas de urologia, ortopedia, neurologia, proctologia, otorrinolaringologia, cirurgia vascular, reumatologia e genética. Frente a este problema e visando esclarecer os motivos pelos quais havia grande dificuldade no agendamento de uma consulta especializada a COSMAM realizou duas reuniões específicas, quando foi discutido o funcionamento da Central de Marcação de Consultas.

Todavia, na reunião da COSMAM que tratou sobre as verbas do SUS para saúde em Porto Alegre, com a presença do Secretário da Saúde, constatou-se que a dificuldade em se conseguir agendar uma consulta especializada ou mesmo um procedimento, residia

no fato que a SMS vinha executando, desde maio de 2003, um corte mensal de 13,5% nos pagamentos aos prestadores de serviços.

A redução de despesas e dos pagamentos aos prestadores de serviço pode ter sido uma das causas do excesso de lotação nas emergências dos hospitais conveniados com o SUS, podendo, inclusive, ter contribuído para redução do número de leitos disponíveis para internação, o que também atingiu os investimentos na rede básica de saúde.

Numa 2ª reunião, com a atual Secretária da Saúde, Sandra Fagundes, viu-se que não houve evolução alguma da situação existente.

VALORES E PERCENTUAL DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA PARA SAÚDE

Despesa Realizada em Ano 2002	Despesa Fixada em Ano 2003	Despesa Prevista em Ano 2004
R\$ 142.836.683,29	R\$ 133.509.211,47	R\$ 211.820.889,95
11,19%	10,47%	11,49%

REPASSES DO SUS PARA A SAÚDE EM PORTO ALEGRE – Valores em Reais.

Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	* Ano 2004
299.538.907,27	331.203.028,28	307.709.794,51	311.000.000,00	275.000.000,00

* Previsão

** Fonte: Lei 9.318, de 16/12/2003 – Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Porto Alegre para o exercício financeiro de 2004. Publicada no DOPA nº 2180, de 17/12/2003.

- SUPERLOTAÇÃO NAS EMERGÊNCIAS ATENDIDAS PELO SUS NOS HOSPITAIS DA CAPITAL

Nos meses de setembro e outubro foram freqüentes os casos de superlotação nas emergências dos hospitais conveniados com o SUS em Porto Alegre. O Hospital de Clínicas superou em três vezes a capacidade da emergência, chegando a ter 100 pacientes espalhados pelos corredores, quando a capacidade era de apenas 32. O Hospital Nossa Senhora da Conceição, que atendia em média 50 pessoas, chegou a atender 93.

Em debate realizado pela COSMAM, verificou-se a urgência da necessidade de investimentos na rede básica de saúde. As pessoas, ao saberem da demora para se conseguir uma consulta, “usam” a “emergência”, pois lá terão que ser atendidas. A maioria dos casos poderia ter sido atendido em instâncias de menor complexidade, como PAMs, Unidades de Saúde e Centros de Pronto Atendimento. Foi sugerida a instituição de uma comissão permanente de todos os hospitais e unidades que fazem o atendimento de urgências. Participaram deste debate os representantes da Secretaria e do Conselho Municipal de Saúde, Posto de Saúde Bom Jesus e da Vila dos Comerciantes, Hospital São Lucas da PUC, Santa Casa de Misericórdia, Hospital de Clínicas, Hospital Nossa Senhora da Conceição, Hospital Santo Antônio e Hospital de Pronto Socorro.

- SAÚDE MENTAL EM DEBATE NA COSMAM

A aplicação da Lei da Saúde Mental pelo município centralizou o debate realizado sobre o tema pela COSMAM. O Movimento Pró-Saúde Mental de Porto Alegre relatou “a situação crítica e insuportável” dos pacientes do Hospital-Dia que recebem alta no Hospital Espírita e não tem local para onde ir. Dentre os encaminhamentos foi solicitado ao Executivo que informe sobre o pagamento do auxílio a pacientes com sofrimento psíquico (previsto na legislação federal), e sobre a distribuição de medicamentos controlados. Também foi solicitado o montante das verbas orçamentárias destinadas à saúde mental.

- TRAUMATOLOGIA

A COSMAM realizou reunião para discutir o elevado número de mutilações no setor de traumatologia das emergências hospitalares. A principal causa era o tempo de espera para uma cirurgia reparadora, que não pode ser superior a 72 horas. O paciente que é atendido na emergência com algum tipo de traumatismo é mandado para casa enquanto aguarda vaga em algum hospital para uma cirurgia reparadora. O baixo valor pago pelas cirurgias, a falta de recursos e a diminuição do número de leitos vêm contribuindo para o agravamento deste quadro. Há casos de espera de mais de 01 ano, e a própria Prefeitura reconheceu na reunião que a média de atendimento é de 30 dias.

- GREVE DOS SERVIDORES DA SAÚDE

O Prefeito João Verle, pressionado pelo Ministério Público, baixou decreto obrigando os profissionais de saúde a cumprir uma jornada de trabalho de 40 horas semanais. O Decreto acabou criando um impasse, pois desde a VIII Conferência Nacional de Saúde até as Conferências Municipais de Saúde, sempre foi referendada a jornada de 30 horas semanais de trabalho como uma conquista histórica dos trabalhadores da saúde. Com o objetivo de se chegar a um acordo entre Prefeitura, Sindicato Médico e os servidores da saúde, a COSMAM promoveu uma reunião que lotou o Plenário Aloísio Filho. Em determinado momento a greve chegou a ser suspensa. Porém, somente houve um desfecho quando foi estendido o prazo para entrada em vigor do decreto, permitindo, desta forma, mais tempo para negociação.

- HOSPITAL CONCEIÇÃO E SUAS UNIDADES DE SAÚDE COMUNITÁRIA

Há mais de uma década vinha sendo usada uma área dentro do Hospital Nossa Senhora da Conceição para o Programa de Saúde Comunitária. Pessoas idosas que residem nas imediações daquele hospital haviam se organizado em torno de uma associação para integração ao programa. Com a municipalização do Grupo Hospitalar Conceição - GHC, a nova direção projetou uma ampliação do atendimento de urgência daquele hospital, necessitando ocupar a tradicional área da Unidade de Saúde Comunitária.

A COSMAM realizou sua última Reunião Externa do ano no próprio local onde funcionava a Unidade de Saúde Comunitária do GHC. O objetivo foi mediar uma alternativa em que não houvesse descontinuidade daquela iniciativa exemplar, considerada modelo de

gestão participativa do fazer saúde. Foi proposto e aceito pela nova direção do GHC à formação de um grupo de trabalho para tomada de decisão de forma coletiva.

*** MEIO AMBIENTE ***

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM) de Porto Alegre tem como premissa discutir e avaliar a promoção, qualificação e democratização da saúde, mas, sobretudo, acompanhar o andamento da manutenção do status ambiental na nossa cidade. Isto é, tem como pressuposto básico auxiliar e, até mesmo, se necessário, intervir na construção de políticas ambientais que preconizem a integração e a adequação do homem à natureza, sempre visando a sustentabilidade. Além disso, a COSMAM busca estar sempre atenta para as ações humanas, que não raramente interferem no equilíbrio da natureza causando alguns efeitos desagradáveis, como por exemplo: desmoraonamentos, enchentes, doenças causadas pela poluição ambiental, extinção da fauna e da flora, entre outras. Por estes, e tanto outros motivos pertinentes, a COSMAM realizou no ano de 2003 um conjunto de reuniões para discutir e avaliar como estão sendo estabelecidas as relações políticas, sociais e econômicas frente ao componente central e indissociável: saúde e meio ambiente.

Dentro deste contexto, serão sumarizados os pontos importantes discutidos em cada reunião realizada no ano de 2003.

- BALNEABILIDADE DAS PRAIAS DE BELÉM NOVO

Na primeira Reunião Externa da COSMAM, realizada em Belém Novo, participaram a comunidade de moradores e banhistas, representantes do Departamento Municipal de Águas e Esgotos – DMAE, entidades ambientalistas e o Programa Guaíba Vive. O objetivo era esclarecer a interdição daquele balneário logo após a sua liberação para banho. O monitoramento da qualidade da água das praias é feito regularmente pelo DMAE, que encaminha seus laudos para SMAM – Secretaria do Meio Ambiente. Entretanto, a variação dos índices exigidos para balneabilidade se dá muito rapidamente no Lago Guaíba, devido a fatores como mudança da direção do vento, correntes, chuvas, etc. A Prefeitura transmitiu à população a idéia de que as praias seriam balneáveis sempre, porém o tempo que decorre entre a análise e a coleta da água é de 03 dias, período em que podem ocorrer mudanças significativas dos padrões. Então, mesmo a praia sendo liberada para banho, ela pode já não apresentar mais as mesmas condições do dia da coleta. Provavelmente tenha sido esta a causa da contaminação dos banhistas.

O Presidente da COSMAM entregou a documentação para apuração de responsabilidades no Ministério Público, que abriu inquérito civil. Em seguida se comprovou que as praias não estavam totalmente apropriadas e seguras para o banho, como havia sido anunciado pela SMAM.

Em um esforço para se esgotar o assunto e buscar solução para o problema, a COSMAM, em sua última reunião do ano, e na sala da Comissão, tratou novamente do tema balneabilidade. Foram ouvidos os moradores de Belém Novo, que afirmaram ainda existirem pontos de lançamento de esgotos não tratados naquelas praias, e que em função disso, não seria possível a liberação para banho. Posição contestada pelo DMAE, que informou ter realizado minucioso trabalho de verificação das ligações clandestinas e soluci-

onado o problema do esgoto. Foram elaboradas e apresentadas sugestões de como poderia funcionar um sistema de informação e vigilância da condição de balneabilidade das praias, tarefa que legalmente é de competência da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

- RESÍDUOS

A COSMAM realizou oito reuniões tratando exclusivamente da produção, da coleta e do destino final dos resíduos urbanos domésticos, dos resíduos dos serviços de saúde – RSS, e dos resíduos da construção civil - RCC.

A partir de algumas constatações a COSMAM entendeu que seria necessário efetuar visitas em determinados locais: o Aterro Sanitário da Mina do Recreio em Minas do Leão, que recebe 60% dos resíduos gerados na Capital, com reunião no local; o Aterro Sanitário Metropolitano Santa Tecla em Gravataí, que recebe os restantes 40% dos resíduos da Capital; as Usinas de Reciclagem da Vila Pinto e da Rubem Berta;

Além destas tarefas, a COSMAM, no ano de 2003, tomou a iniciativa de promover um grande debate sobre gestão dos resíduos em Porto Alegre. Foram convidados os Gestores Públicos, as empresas de coleta, as empresas de tratamento, os geradores, os produtores, os órgãos licenciadores, o Ministério Público, os catadores e carroceiros, os trabalhadores nas usinas e galpões de reciclagem, as associações de classe e Conselhos Regionais, entidades comunitárias e ambientalistas. Paralelo a isso a Câmara Municipal discutia o novo Código Municipal de Limpeza Urbana. Estes debates vêm trazendo valiosas contribuições para a elaboração do Plano Diretor de Resíduos Sólidos, que é um dos planos setoriais do PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental.

- RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

A COSMAM realizou duas reuniões para tratar especificamente do problema da destinação final dos Resíduos dos Serviços de Saúde – RSS, também popularmente chamado de lixo hospitalar. A questão vem se revestindo de muita polêmica face ao conjunto de legislações concorrentes (estadual e federal), que ora obrigam o tratamento dos RSS do Grupo A (infecantes) antes de deixarem o estabelecimento gerador, ora permitem o tratamento no próprio aterro sanitário.

A posição dos médicos infectologistas postula que se o RSS for corretamente segregado, identificado, acondicionado, armazenado e transportado não oferece nenhum risco à saúde, podendo ser disposto normalmente em um aterro sanitário. Afirmam, ainda, que se houvesse risco em se dispor o RSS em um aterro sanitário, também não poderíamos enterrar nossos mortos em cemitérios.

As entidades ambientalistas afirmaram que menos de 10% dos RSS são infectantes e que, não podendo ter outra destinação mais nobre, devem ser encaminhados para aterros sanitários, porém exigem o acompanhamento e fiscalização do Poder Público, tanto na elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde – PGRSS, bem como na fiscalização do cumprimento de todas as suas etapas.

Por outro lado, o DMLU veio se juntar à sociedade civil defendendo a co-disposição do RSS no aterro sanitário sem tratamento prévio. O Regulamento da Agência

Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA obriga o tratamento prévio dos resíduos infectantes. A Resolução nº 283 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA não obriga o tratamento prévio, mas condiciona à disposição final a uma forma de tratamento, que poderá ser feita no próprio aterro sanitário.

A cidade de Porto Alegre não possui um Plano de Gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde – PGRSS, por isso não há previsão de um local adequado para disposição final deste tipo de resíduo. O DMLU faz a coleta junto aos hospitais e na rede pública de saúde e encaminha-os para tratamento (por exigência da FEPAM) na cidade de Santa Maria ao custo de R\$ 930,00 a tonelada. Após o tratamento, o RSS volta a Porto Alegre e é disposto no ASMST - Aterro Sanitário Metropolitano Santa Tecla, em Gravataí. O ASMST não possui licença da FEPAM para receber RSS, além disso, estando prevista a sua desativação para o primeiro trimestre de 2004. Atualmente permanece funcionando através de uma medida judicial.

- RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - RCC

A COSMAM convidou o segmento da construção civil e a prefeitura de Porto Alegre para debater a aplicação da Resolução CONAMA 307/02 que trata dos resíduos da construção civil. A cidade gera diariamente 1200 toneladas de RCC. A construção da III Perimetral aumentou para 2.000 toneladas/dia. A cidade ainda não dispõe de um Plano Integrado de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil - PIGRCC, por isso ainda há incerteza quanto ao destino destes resíduos, inclusive por não haver em Porto Alegre uma política para reaproveitamento dos RCC. O Aterro de Inertes “Serraria II”, localizado em área de preservação permanente, junto à margem direita do Arroio do Salso, que vinha recebendo os resíduos da construção da III Perimetral, obra financiada pelo BID, foi interdito porque não possuía licença do órgão ambiental. O PIGRCC deverá conter diretrizes técnicas para o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e para os Projetos de Gerenciamento de RCC a serem elaborados pelos grandes geradores, possibilitando o exercício das responsabilidades de todos os geradores. Deverão ser cadastradas todas as áreas públicas ou privadas aptas para o recebimento, triagem e armazenamento temporário de pequenos volumes, possibilitando a destinação posterior dos resíduos oriundos dos pequenos geradores às áreas de beneficiamento. É proibida a disposição de RCC em área não licenciada. O PGRCC promoverá a re-inserção dos resíduos reutilizáveis ou reciclados no ciclo produtivo e ações de orientação, de fiscalização e de controle dos agentes envolvidos. Também deverá promover ações educativas visando reduzir a geração de resíduos e possibilitar a sua segregação e definir critérios para o cadastramento de transportadores. O Presidente da COSMAM fez um alerta sobre a urgência do PIGRCC, tendo em vista que a cidade poderá se transformar em um gigantesco canteiro de obras se for aprovado o Sistema de Tratamentos de Esgotos Ponta da Cadeia-Serraria.

- RESÍDUOS DOMICILIARES

A população de Porto Alegre atingiu a escala de geração de 01 kg / dia de resíduo por habitante. Para os economistas isto é considerado como símbolo de crescimento econômico, mas para o meio ambiente é um verdadeiro desastre.

O Município não possui mais nenhum local para disposição das mais de 1000 toneladas diárias de resíduos descartados pela população. A solução adotada pela Prefeitura foi levar 60% do lixo até o município de Minas do Leão, distante 80 km, onde se localiza o Aterro Sanitário da Mina do Recreio, tecnicamente e ambientalmente adequado, pagando R\$ 17,90 pela tonelada, e o restante 40%, para o Aterro Sanitário Metropolitano Santa Tecla, em Gravataí, uma área de preservação permanente.

A cidade ainda não concluiu a elaboração do Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos - PIGRS. Há 11 anos iniciou-se a coleta seletiva, mas até o momento ainda não se conseguiu uma política eficaz na gestão dos resíduos domiciliares. A coleta seletiva atinge somente 10% dos resíduos gerados. O mercado de materiais recicláveis não tem nenhuma preocupação com a problemática da redução/ não-produção de resíduos. Será preciso uma política maior com relação à questão ambiental para superação das limitações atuais. Investimentos maiores em educação ambiental e uma política forte para redução no consumo de produtos descartáveis, são as alternativas que têm apresentado melhores resultados nos países onde a gestão dos resíduos está mais avançada.

- ATERRO SANITÁRIO METROPOLITANO SANTA TECLA

A COSMAM realizou reunião em conjunto com a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa para tratar exclusivamente dos problemas de gerenciamento do Aterro Sanitário Metropolitano Santa Tecla. A interdição do aterro vem sendo solicitada pela FEPAM, que é o Órgão Licenciador, entretanto, o Poder Judiciário, à revelia dos pareceres técnicos, vem permitindo o funcionamento daquele empreendimento, que está esgotado do ponto de vista ambiental e com sérios problemas na sua operação.

Localizado em área de Mata Atlântica, teve sua capacidade extrapolada devido a sucessivas liminares que prorrogaram o seu prazo de funcionamento. As comunidades do entorno, presentes na reunião, denunciaram a contaminação do Arroio Martins pelo chorume extravasado da lagoa do sistema de tratamento. Também reclamaram que o aterro funcionava durante as 24 horas do dia perturbando o sono dos moradores das proximidades. As entidades ambientalistas cobraram do órgão de planejamento da Região Metropolitana uma política de gestão em que fosse priorizada a redução na produção dos resíduos, principalmente os descartáveis.

- PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – PDDUA

O primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU foi projetado para uma população de 2,5 milhões de habitantes para o ano 2000. Esta previsão não se concretizou. A cidade chegou no ano 2000 com 1,4 milhões de pessoas. Tomando por base estes números, o PDDU de 1979 projetou uma densificação (nº de habitantes ou economias por hectare) que permitia a construção de prédios com 10 pavimentos. O atual PDDUA permite prédios com até 52 metros de altura, inclusive em bairros tradicionais já concebidos, correspondendo a 18 pavimentos e uma densificação que pode chegar até 230 economias por hectare. Segundo estimativas, se aplicarmos todos os dispositivos de controle da edificação e mais a densificação permitida, os prédios alcançariam 450 metros de altura!

As conseqüências da aplicação destes índices do PDDUA foram desastrosas para cidade. As redes de esgoto sanitário e de drenagem extravasaram, alagamentos com víti-

mas fatais, congestionamentos em zonas residenciais, degradação da qualidade de vida dos bairros mais tradicionais, enfim, aquele que era para ser o instrumento de qualificação do planejamento urbano, se tornou o vilão dos problemas das grandes cidades que crescem sem nenhum planejamento.

A COSMAM, preocupada com o impacto que o PDDUA vem causando na qualidade de vida de diversas comunidades, organizou o 1º seminário e audiência pública sobre o tema, dando voz e vez à comunidade, com o objetivo de se fazer uma avaliação da sua implantação, mais dois seminários específicos tratando dos impactos sobre as áreas naturais e sobre as bacias hidrográficas. O objetivo destes seminários também foi subsidiar os Vereadores no processo de reavaliação do PDDUA. A COSMAM considera que atingiu os objetivos estabelecidos, tendo em vista que foi criada na Câmara Municipal uma Comissão Especial para tratar exclusivamente da reavaliação do PDDUA, e realizadas várias reuniões e conferências pelo Poder Executivo Municipal.

SEMINÁRIOS PROMOVIDOS PELA COSMAM EM 2003:

1 - PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – PDDUA

O Seminário sobre o PDDUA tratou das relações entre o ambiente construído e o ambiente natural, da preservação do patrimônio cultural e dos aspectos conflitantes do ordenamento jurídico e urbanístico.

2 - SANEAMENTO BÁSICO EM PORTO ALEGRE

O Seminário sobre Saneamento Básico enfocou o impacto do modelo espacial do PDDUA sobre as bacias hidrográficas e a biodiversidade. Foram apresentados e discutidos os Planos Setoriais de Esgotos Sanitários e de Drenagem Urbana e suas alternativas.

3 - ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

O Seminário sobre Áreas de Preservação Permanente, o 1º na história, teve como objetivo avaliar as políticas e os instrumentos para elaboração e implementação do futuro Plano Diretor de Proteção Ambiental.

A COSMAM também realizou as seguintes reuniões específicas sobre temas setoriais do PDDUA, enfocando, principalmente, a preservação dos recursos naturais e a qualidade de vida das comunidades, que são afetadas, ora em função do cumprimento, ora em função do não cumprimento das diretrizes do PDDUA. Dentre os temas tratados podemos destacar:

- Ocupação do Morro Tapera e o impacto das obras de duplicação da Av. Juca Batista sobre as bacias dos arroios Espírito Santo e Salso, e a canalização do arroio Guarujá pelo Loteamento Portal do Guarujá no Morro das Abertas;
- Construção de bacias de retenção em praças (uma na COSMAM e outra nos bairros atingidos);
- Arborização Urbana: Plano Diretor de Arborização Urbana;
- Redes de Infra-estrutura de solo e subsolo: instituição de cobrança pelo Poder Público;
- Plano de Usos e Ocupação da Orla do Guaíba;
- Alterações do PDDUA;

- DRENAGEM URBANA

O município de Porto Alegre possui 46 morros onde brotam as águas formadoras das 28 bacias hidrográficas que se espalham sobre imensas áreas planas. A ocupação do território vem se dando de forma desordenada, e à medida que a área urbana avança sobre os morros, mais difícil se torna solucionar o problema das águas que escoam em direção ao Lago Guaíba. Cientes dos graves problemas causados pelos alagamentos, pelo transbordamento dos arroios, pelos deslizamentos das encostas e afogamentos ocorridos na cidade, os membros da COSMAM decidiram por realizar, além de reuniões com as comunidades afetadas, um seminário específico sobre este tema. Destes encontros com os técnicos, as comunidades e as entidades ambientalistas, constatou-se que a principal causa destes problemas foi a modificação no Plano Diretor – PDDUA, que estabeleceu uma densificação média na área urbana de 180 economias por hectare, permitindo, desta forma, uma ocupação de quase 100% do terreno, acabando com a capacidade de absorção natural da água da chuva pelo solo, devido a sua impermeabilização pelas construções. Também se verificou que a Lei Orgânica não estava sendo cumprida no que tange as proteções necessárias aos banhados e áreas alagadiças, que estão sendo ocupadas ou drenadas. O atual Plano Diretor – PDDUA, ainda não incorporou as diretrizes do Plano Diretor de Meio Ambiente e Saneamento – PDMAS de 1992, e os estudos realizados para cada uma das bacias do Município. Não houve, por exemplo, previsão de áreas para tratamento dos esgotos nos próprios bairros. A solução encontrada pelo DEP Departamento de Esgotos Pluviais tem sido a construção de bacias de retenção. Porém, esta solução é válida somente para as áreas de boa declividade. Em áreas planas será necessário redimensionar as redes existentes e as casas de bombeamento. Entretanto, algumas zonas densamente povoadas, como a bacia do arroio da Areia, não possuem mais áreas disponíveis para construção de bacias de retenção. O DEP propõe que sejam construídas nas praças, ocupando um máximo de 40% de sua área, limite este imposto por Lei de autoria do Presidente da COSMAM. A população discorda desta proposta, porque não aceita perder seus pouquíssimos espaços de área verde, além de uma séria preocupação com a saúde pública uma vez que as redes de esgotos pluviais são mistas com as redes cloacais. Denuncia que os problemas se agravaram depois da aprovação do atual Plano Diretor. As consequências têm sido danosas ao erário. Serão necessários vultosos investimentos no redimensionamento das redes de drenagem e de esgotos existentes, dinheiro esse que virá de empréstimos, que irão comprometer ainda mais os poucos recursos destinados à saúde e ao meio ambiente.

- ARBORIZAÇÃO URBANA

A COSMAM trouxe para a pauta das reuniões a questão da arborização da cidade. Pôde-se constatar a dificuldade de implantação do plano de arborização urbana desenvolvido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, quer seja pela falta de mudas, ou pelos critérios restritivos quanto aos locais e espécimes de árvores a serem plantadas. Também se verificou um número bastante elevado de ocorrências de podas irregulares, muitas vezes por falta de fiscalização, e outras com autorização da própria prefeitura. Dentre os encaminhamentos, a Comissão sugeriu um convênio entre a Prefeitura e a Associação dos Floricultores, para fornecimento de mudas. Outra deficiência apontada é o não cumprimento dos termos de ajustamento dos grandes empreendimentos, quando do replantio de milha-

res de mudas, por não haver local pré-determinado para tanto, bem como o posterior monitoramento do replantio.

- COLETA DE RESÍDUOS E CARROÇAS

A COSMAM promoveu várias reuniões com o objetivo de organizar a coleta dos resíduos sólidos e também de dar alternativas aos carroceiros, para que eles evitem circular com suas carroças nas principais ruas e avenidas da cidade. Para tanto, foi discutida a implantação de um projeto-piloto que leve os resíduos até um galpão de reciclagem, onde serão trabalhados e comercializados pelos carroceiros e catadores, organizados em cooperativa. A Comissão visitou as usinas de reciclagem da Vila Pinto e Rubem Berta, para conhecer melhor o trabalho desenvolvido e buscar alternativas para incrementar o reaproveitamento do lixo seco. Constatou-se que a falta de uma política de controle para a coleta dos resíduos tem diminuído a chegada de material nas usinas, reduzindo a produção nos galpões de reciclagem (galpões estes com investimento público). Das 300 toneladas geradas por dia, atualmente apenas 50 chegam àquelas unidades, quando já fora 65 toneladas. Participaram destes debates: DMLU, SEBRAE, METROPLAN, SINDILOJAS, Catadores, Carroceiros, ONGs e o Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares.

- EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para o ano de 2003, constava no orçamento da prefeitura a previsão de no mínimo 5% da verba da publicidade destinada à Educação Ambiental, através de Emenda proposta pelo presidente da COSMAM. A falta de resultados práticos motivou a solicitação de esclarecimentos à Prefeitura, pois os programas apresentados pelos órgãos e secretarias contemplam apenas uma pequena parcela da população, estando previstos no orçamento de cada secretaria ou departamento. O percentual previsto na verba publicitária é de competência da administração direta. Com o objetivo de tornar mais efetivo o processo de educação ambiental, a proposta ao orçamento de 2004 fora de destinar 10% da verba de publicidade da administração centralizada para este fim, novamente encaminhada através de emenda pelo presidente da Comissão.

- BEM-ESTAR DOS ANIMAIS

As últimas segundas-feiras de cada mês foram marcadas por encontros na Câmara Municipal, promovidos pela COSMAM, para discutir questões referentes à fiscalização e garantia do bem-estar dos animais em rodeios, canis, lojas de animais, feiras de filhotes, etc. Uma das maiores preocupações é com a falta de fiscalização das ações dos carroceiros, pois são inúmeras as ocorrências de maus tratos aos cavalos, e de que os mesmos estariam submetendo os animais a puxarem cargas com pesos excessivos. A Comissão tratou ainda da campanha de esterilização de cães e gatos(verba aprovada no orçamento), e da adoção destes. Recentemente o Presidente da Comissão apresentou Projeto de Lei para disciplinar as feiras de animais.